

Cidade ganhará 16 novos cartórios

TJDF aprova, por unanimidade, reestruturação do serviço que pode beneficiar as satélites sem serviço notarial

HELENA MADER

O Tribunal de Justiça do DF aprovou ontem por unanimidade o projeto de reestruturação dos serviços notariais da cidade. A proposta, apresentada em abril pelo então corregedor-geral do DF, Getúlio Moraes Oliveira, prevê o desmembramento de alguns cartórios e criação de novas unidades em locais onde não há tabelionatos.

Com a decisão, 16 novos cartórios serão criados. Os moradores de Santa Maria, Riacho Fundo, São Sebastião Samambaia e Paranoá podem ser beneficiados com a aprovação da proposta, já que nessas cidades não há unidades notariais.

A reestruturação vai avaliar critérios como a renda bruta do cartório, a localização e a população da área onde ele está localizado. O objetivo é viabilizar o

controle efetivo das unidades, melhorar o atendimento à população e eliminar os privilégios dos titulares de alguns cartórios que, segundo o relator da proposta, o corregedor Eduardo Moraes de Oliveira, teriam rendimentos altos demais.

Depois da apresentação da proposta, a Associação dos Notários e Registradores do DF (Anoreg) e representantes de cartórios tiveram um prazo de

45 dias para apresentar sugestões para melhorar o projeto.

A aprovação da proposta não agradou aos titulares de cartórios. Eles temem perder arrecadação e argumentam que a proposta pode inviabilizar o funcionamento dos serviços notariais.

O titular de um cartório que deve ser desmembrado com a medida afirmou que irá recorrer da decisão. Ele reclama que

o prazo de 45 dias para apresentação de contra-proposta foi muito pequeno.

– Houve erro material no cálculo da renda bruta. A argumentação de que os rendimentos são excessivos não procede. Os gastos também são altos, com informatização e modernização das unidades – explica o notário que não quis se identificar.

O presidente do Tribunal de

Justiça, desembargador José Jeronymo Bezerra, defendeu a reestruturação argumentando que a proposta é de interesse da população.

– Esta é uma decisão criteriosa e amadurecida, fruto de um estudo cuidadoso, elaborado por uma comissão mista. A reestruturação é um tema importante para registradores, notários e para a população em geral – explica.

SET 2004